



A curta calmaria

Os que não entenderam os objetivos e os limites do pacote baixado pelo governo na quinta não devem ter compreendido igualmente a reação do mercado sexta-feira. O BC elevou os compulsórios sobre depósitos a prazo de 10% para 15%, fez leilões e vendeu dólares.

E o risco-país voltou a disparar – subiu 6,39%. No mercado futuro, os negócios com juros voltaram a ser interrompidos pela manhã, reabriram à tarde e fecharam com alta de 2,49% para os contratos que vencem em janeiro.

O que dá para fazer

O dólar subiu apenas 0,18%. O governo foi derrotado? Não exatamente. Seu pacote foi feito para administrar a alta do dólar e permitir que o país, em crise financeira, chegue até outubro.

O BC e o ministro Malan, que afirmou que o governo “não fugirá, como nunca fugiu, de suas responsabilidades”, nada podem fazer quanto a um fato: 2002 é um ano eleitoral, e o governo vai mudar. E o candidato que lidera as pesquisas é o petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Pela boca

Lula criticou o acordo com o FMI e afirmou: “Se tivessem emprestado US\$ 10 bilhões para acabar com a fome, para fazer qualquer coisa que fosse útil, tudo bem. Mas estamos fazendo passivo para aumentar o passivo”.

Uma bobagem monumental – e o candidato desdisse tudo o que havia sido dito por seu principal assessor econômico, Guido Mantega, em Wall Street, onde prometeu que as primeiras medidas do PT, se eleito, serão conservadoras e que as metas de inflação e de superávit fiscal serão mantidas.

Balanço

O dia mostrou que as medidas do governo têm limites e que os candidatos que lideram as pesquisas deveriam fazer um pacto político e público sobre, ao menos, o que não será feito a partir de 2003.

Na quinta-feira, **Primeira Leitura** reagiu com ceticismo ao pacote. Para variar, a opinião lhe rendeu críticas azedas. É do jogo. **Primeira Leitura** não faz jornalismo para agradar ao coro dos contentes.

Não é de hoje...

Depois de ter elogiado as medidas do governo, o FMI disse que a economia brasileira continua



vulnerável em dois pontos: a elevada necessidade de financiamento externo, devido ao déficit em transações correntes, e o perfil da dívida pública, em grande parte atrelada ao câmbio e à taxa de juros.

Receita

Entre as recomendações do Fundo para o país neste momento, estão a manutenção do conservadorismo fiscal e monetário e o aprofundamento das reformas estruturais e do sistema financeiro.

Alta ansiedade

O economista José Roberto Mendonça de Barros acredita que a tranquilidade no mercado deverá demorar ainda uma semana. Segundo ele, o importante, neste momento, foi a presença do BC e do governo. Outros economistas também apostam na redução da tensão entre investidores. Mas nada muito além disso.

Assim falou...Rudiger Dornbusch

“Se estamos buscando um especulador para culpar pela situação do Brasil, esse especulador é Fernando Henrique Cardoso”.

Do polêmico economista e professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), ao declarar que o Brasil pode ver um colapso de sua economia até o fim do ano.

Tudo é história

A classe política brasileira parece estar sempre a correr atrás dos fatos, na rabeira da realidade. É raro ver um homem público que seja, vamos dizer, contemporâneo de si mesmo e da história, por mais absurda que pareça a formulação. Há no ar uma espécie de síndrome dos dois macaquinhos: a maioria faz questão de não ver e não ouvir. Mas falam muito. Fala-se pelos cotovelos neste país.

Imaginem se os “macaquinhos” do Banco Central, à época do câmbio fixo, tivessem visto e ouvido a economia real. A aventura teria durado muito menos tempo. E se tivessem visto e ouvido o pulso da indústria e do emprego, teriam, quem sabe?, se levantado mais cedo do altar de sua ortodoxia inútil. Quanto papel se gastou no país para discutir o modelo usado pelo BC para projetar a inflação!!! Jesus!

É uma verdadeira obra de devastação ecológica e empulhação técnica. E agora? O que faz o BC com a sua inflaçãozinha, a sua brincadeirinha de metas e bandas? Nada. Mas quem há de lhe cobrar agora se nada lhe foi cobrado antes?

Revista **Consultor Jurídico**, 15 de junho de 2002.

Date Created

15/06/2002